

A ABORDAGEM DAS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NO LIVRO DIDÁTICO DO 6º ANO DE LÍNGUA PORTUGUESA TECENDO LINGUAGUENS

Vanessa Maria Leonisa da Silva Nascimento
Licenciatura em Letras UAEADTec/UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE
Vanessa.maria.lds@gmail.com

Prof.(a) Dr.(a) Suzana Ferreira Paulino Domingos
(2º autor/professor orientador do TCC)
Licenciatura em Letras UAEADTec/UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE
suzana.paulino@ufrpe.br

RESUMO

Tendo em vista os preconceitos que os falantes de variações linguísticas enfrentam na sociedade, as escolas podem reproduzir essa prática, seja através do currículo, das imposições docentes e/ou dos instrumentos institucionais como o livro didático de língua portuguesa. O objetivo da pesquisa foi analisar a abordagem das Variações Linguísticas no Livro Didático do aluno de Língua Portuguesa do 6º ano - fundamental II. Baseamo-nos nos pressupostos teórico-metodológicos de Bagno (1999, 2004, 2006), Bunzen (2007), Rojo (2003) e Travaglia (2011). Os resultados indicam a abordagem tradicionalista das variações linguísticas, sem propor reflexão e discussão do tema, limitando-se à presença de atividades que focalizam aspectos gramaticais. Ainda, o tema preconceito linguístico é ignorado.

Palavras-chave: Livro didático de Língua Portuguesa. Variação linguística. Preconceito linguístico.

1 Introdução

Historicamente, o processo escolar de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa (LP) focaliza no ensino tradicionalista, centralizando seus esforços apenas no campo da gramática normativa, excluindo as diversas variações linguísticas, acarretando, por muitas vezes, o preconceito linguístico.

Contudo, pesquisadores têm se debruçado sobre o tema, professores e sociedade têm refletido e exigido mudanças e o processo tem se aperfeiçoado, na prática de sala de aula, nos materiais didáticos, como o livro didático (LD) de LP que, pode ser o único material existente em algumas salas de aula brasileiras ao qual o professor direciona o foco para o ensino.

Os aperfeiçoamentos dos LD os transformaram em instrumento de apoio e guia do trabalho docente, auxiliando a desenvolver processos de ensino-aprendizagem. Por esse motivo, faz-se necessária a constante avaliação de LDs. É relevante investigar a abordagem das variações linguísticas nos livros didáticos para verificar se eles privilegiam apenas a língua formal e desconsideram as variações existentes na Língua Portuguesa.

[...] Esse círculo vicioso se forma pela união de três elementos [...] a gramática tradicional, os métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos. Como é que funciona esse círculo? Assim: a gramática tradicional inspira a prática de ensino, que por sua vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujos autores – fechando o círculo – recorrem à gramática tradicional como fonte de concepções e teorias sobre a língua (BAGNO, 1999, p. 93-94).

A tríade gramática tradicional, métodos tradicionais de ensino e livros didáticos revela os pilares adotados na educação tradicional e constituem a base do processo de ensino-aprendizagem e, portanto, devem ser sempre refletidas, discutidas e aprimoradas. Tal entrelaçamento compreende relações de poder que se estabelecem nesse processo e se refletem na sala de aula e na sociedade.

Muitas desigualdades sociolinguísticas têm suas origens nos processos de colonização e o funcionamento excludente, discriminatório e hierarquizante de tais processos ainda se manifestam nos âmbitos socioculturais, educacionais, dentre outros. A língua portuguesa foi imposta pela chamada “colonização” que invadiu territórios e determinou modos de pensar, ser e falar, estabelecendo relações de poder, além de ser uma grande condutora de práticas e crenças. O combate às imposições linguísticas é uma forma de insurgência à assimilação teórico-metodológica europeia e norte-americana, suas práticas estabelecidas, cristalizadas e reproduzidas.

Esta pesquisa compreende a língua como processo sócio-historicamente situado (MARCUSCHI, 2008). Segundo Faraco (2002, p.38), “[...] os grupos sociais se distinguem pelas formas de língua que lhes são de uso comum. Esse uso comum caracteriza o que se chama de norma linguística.” O uso comum, em muitos casos, é feito por determinado grupo social, pois não conhecem ou não tiveram acesso a outras visões da língua, neste caso a norma padrão.

Há três conceitos básicos de gramática (TRAVAGLIA, 2001). No primeiro, mais conhecido por professores e alunos do ensino básico e adotado pela maioria dos

autores de gramática e de livros didáticos em língua portuguesa, a gramática é “um manual com regras de bom uso da língua”, um compêndio com normas para falar e escrever corretamente, advindas do uso que os escritores consagrados fazem da língua, da norma culta ou padrão. As variações linguísticas são consideradas desvios da língua (TRAVAGLIA, 2001).

O segundo conceito é o de gramática descritiva que refere-se a “um conjunto de regras que o cientista encontra nos dados que analisa, à luz de determinada teoria e método” (NEDER *apud* TRAVAGLIA, 2001, p. 27). O gramático descreve a estrutura e o funcionamento da língua e considera gramatical tudo que está de acordo com as regras de funcionamento da língua em qualquer uma de suas variantes, não havendo o certo e o errado, mas as diferenças. Uma gramática descritiva é a descrição de uma língua como ela é encontrada em amostras de fala/escrita em corpus do material e/ou extraídas de falantes nativos.

No terceiro conceito, a gramática é “o conjunto das regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar” (TRAVAGLIA, 2001, p. 28). Trata-se da gramática internalizada, a competência interna do falante oriunda do desenvolvimento que ele constrói da língua, a partir de suas próprias atividades linguísticas.

A língua é dinâmica e se modifica constantemente e as mudanças são inseridas pelos falantes de um determinado idioma, originando as variações da língua. A variação linguística é um fenômeno natural decorrente de modificações de uma língua. As mudanças podem ocorrer nas pronúncias, no léxico, na morfologia ou na sintaxe. O conceito leva em consideração múltiplas características, em razão da região geográfica, sexo, idade, classe social do indivíduo, grau de escolaridade ou contexto em que a comunicação se origina. Uma das falhas apontadas para a gramática tradicional é a sistematização dos fatos linguísticos dissociados do uso concreto da língua.

Para Faraco (2002), a norma padrão carrega consigo os preconceitos em relação às demais variações, uma vez que seu objetivo principal é a padronização da língua, ou seja, todas as formas de falar fora deste padrão são consideradas erradas. Dessa forma, esta investigação busca responder à seguinte pergunta da pesquisa: Como o livro didático de língua portuguesa, *Tecendo Linguagens*, do 6º ano fundamental, aborda as variações linguísticas?

A pesquisa se justifica, considerando-se que precisamos rever, continuamente, materiais didáticos, planos e práticas pedagógicas que, por muitas vezes, são veículos de exclusão ou imposição de padrões pela sociedade. O presente trabalho objetiva analisar a abordagem das variações linguísticas no livro didático do 6º ano de língua portuguesa (Tecendo Linguagens), além de identificar o tipo de tratamento dado às variações linguísticas no LD de LP, investigando a ocorrência de preconceitos linguísticos no LD e descrevendo as atividades de variações linguísticas.

2 Variações Linguísticas e sua relação com a Norma Padrão

O preconceito, de forma geral, se dá pela intolerância a algo ou alguém e pode ser expresso pela cor, sexo, idade, forma de falar, entre outros. Bagno (1999) discute as diversas características da nossa língua bem como a análise do preconceito em oito mitos descrito por ele: 1 “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente; 2 “Brasileiro não sabe português”; 3 “Português é muito difícil”; 4 “As pessoas sem instrução falam tudo errado”; 5 “O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão”; 6 “O certo é falar assim porque se escreve assim”; 7 “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”; 8 “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”. O preconceito linguístico defende o juízo negativo sobre as variações linguísticas existentes no dia a dia. A intolerância vem sendo debatida constantemente. Bagno (1999) reflete sobre os impactos, afirmando que o português não padrão é:

A língua da grande maioria pobre e dos analfabetos do nosso povo, é também, conseqüentemente, a língua das crianças pobres e carentes que frequentam as escolas públicas. Os professores, administradores escolares e psicólogos educacionais tratam o aluno pobre como um “deficiente” linguístico, como se ele não falasse língua nenhuma, como se sua bagagem linguística fosse “rudimentar”, refletindo conseqüentemente uma “inferioridade” mental (BAGNO, 2006, p. 28).

A comunidade de fala não se define por acordo marcado quanto ao uso dos elementos da língua, mas sobretudo pela participação num conjunto de normas compartilhadas; tais normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícitos e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariáveis em relação a níveis particulares de uso (LABOV, 1972).

No contexto escolar, a Sociolinguística proporcionou avanços importantes à educação. A Sociolinguística, segundo Mollica (2010), é uma das subáreas da Linguística e ela realiza pesquisas com o objetivo de compreender como se dá a variação e seu uso nas diversas comunidades de fala.

Ao analisar as variações linguísticas, entendemos a sua importância e que atendem às suas necessidades dos falantes, ao consideramos erradas, estamos cometendo o denominado “Preconceito linguístico” que está ligado diretamente à confusão gerada entre a língua e a gramática normativa, ou seja, as regras gramaticais são instituídas e impostas como verdades absolutas e irrevogáveis.

O preconceito linguístico se baseia na crença de que existe [...] uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente” (BAGNO, 1999, p. 40).

A língua é versátil, pois é possível se expressar de diversas formas, levando em consideração a região, o tom da fala, a construção de sentido e outros. A variação acontece pela diversidade apresentada no modo do uso da língua que pode mudar de acordo com a época, cultura, região ou grupos que os falantes estão inseridos.

Para Travaglia (2011), a variação linguística é uma atividade corriqueira da língua, expondo-se em forma de Dialeto e Registros, uma vez que os dialetos se manifestam aos falantes de uma região ou território. Ressaltamos que essa variação ainda leva em consideração a idade do falante, sexo e nível de conhecimento. Entretanto, nos registros as variações são encontradas nos níveis de fala aplicado pelo falante, podendo ser utilizada a variação padrão, não padrão e norma culta da língua, já que o contexto da fala será usado para determinar a forma de uso.

Além disso, a Norma Padrão é altamente valorizada no ensino e na sociedade, pois pessoas instruídas a usam para estabelecer a comunicação, fomentando-a como a única fonte “correta” de se expressar, desconsiderando as demais formas de expressões existentes na nossa língua. Quem utiliza essa norma possui prestígio na sociedade, já que ela é usada na linguagem escrita e literária em aulas, palestras, apresentações científicas, noticiários de TV, entre outros, e preconizada por gramáticos.

A imposição da norma padrão na vida dos estudantes como única e verdadeira forma de aprender sem considerar as variações existentes na sua língua materna, ainda que seja feito de forma involuntária, prejudica a aprendizagem do estudante, ficando suscetível a repreensões desnecessárias e descabíveis em sala de aula. Bagno (2004) descreve os impactos gerados por essa atitude em sala de aula como muito prejudicial à educação pela escola não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, impondo sua norma linguística como a língua comum a todos os brasileiros, independente de idade, origem geográfica, situação socioeconômica, grau de escolarização, entre outros.

A norma padrão é necessária para o uso da língua, entretanto não deve ser tomada como única fonte de expressão, já que cada grupo possui as suas próprias características ao se expressar. O ensino deve ser livre de todo e qualquer preconceito em relação à língua usada pelo estudante, compreendendo suas particularidades, visando apenas a melhor forma de aprendizagem, integrando todos ao ambiente.

2.1 Preconceito linguístico no âmbito escolar

No âmbito escolar, grupos podem sofrer preconceito linguístico ou serem deixados de lado, pois muitos estudantes e professores podem desconhecer o tema e considerar aquela forma de falar “incorreta”. O ensino de língua portuguesa deve respeitar as diferenças sociolinguísticas, visando a uma instrução acessível a todos. Segundo Soares (2001, 211-212), “[...] ensinar português era levar ao conhecimento (ou reconhecimento) dos estudantes as regras gramaticais, de funcionamento dessa variedade linguística de prestígio”. A autora associa o tratamento de variações linguísticas na escola a questões de classe (SOARES, 2001).

A educação sempre visou à gramática, podemos notar isso em concursos e provas diversas em nosso país, esquecendo que a língua sofre mudanças diariamente. Segundo Bezerra (2010, p. 39), "tradicionalmente, o ensino de Língua Portuguesa no Brasil se volta para a exploração da Gramática Normativa, em sua perspectiva prescritiva (quando se impõe um conjunto de regras a ser seguido)."

Contudo, as variações linguísticas e socioculturais da língua portuguesa, a fala vernácula e o cotidiano do estudante devem ser considerados pela escola. O

preconceito linguístico pode fazer com que os estudantes se constringam, se sentindo humilhados, com medo de cometer um erro. Sua ocorrência deve ser combatida no âmbito escolar, seja nas salas de aula ou nos livros didáticos.

2.2 O livro didático de língua portuguesa e as variações linguísticas

O livro didático é uma das ferramentas usadas em sala de aula, sendo ofertado anualmente de forma gratuita aos estudantes pelo programa do Governo Federal junto com o Ministério da Educação (MEC). Socio-histórico-culturalmente, pode-se considerar o LD como um instrumento que organiza os objetos de ensino necessários ao ensino-aprendizagem formal da língua, em diferentes contextos. Vários interesses entram em conflito, em função das esferas de produção, de avaliação e de circulação, envolvendo os programas oficiais, os professores e os alunos (BUNZEN, 2007). Esse instrumento educacional é utilizado como material complementar do exercício do professor em aula, facilitando o aprendizado de estudantes, possuindo direcionamentos legais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental.

Contudo, Rojo (2003) critica a persistência da concepção de LD como estruturador das práticas docentes em função da intensa ampliação do sistema de ensino e de processos de recrutamento docente mais amplos e menos seletivos. Segundo a autora, ela é pouco adequada ao contexto educacional contemporâneo, que exige diversidade e flexibilidade das formas de organização escolar para atender aos diferentes interesses e expectativas gerados por fatores socioculturais e regionais.

Além disso, Souza afirma em seu texto que (2011, p. 27),

Independente do livro didático adotado ou da disciplina abordada, o que se constata é que o livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência: é o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto e dessa forma, fonte última (e às vezes, única), de referência. [...] supõe-se que o livro didático contenha uma verdade sacramentada a ser transmitida e compartilhada. Verdade já dada que o professor, legitimado e institucionalmente autorizado a manejar o livro didático, deve apenas reproduzir, cabendo ao aluno assimilá-la.

Porém, ao usar o livro didático, os professores devem estar atentos, já que alguns materiais optam pela norma padrão, não observando as variações linguísticas, fazendo com que a língua não seja compreendida sob outros olhares. Por isso, há a

necessidade de os professores debaterem o tema em assembleias e no processo de escolha de livros para os próximos anos letivos, pois a exclusão do ensino das variantes pode prejudicar a aprendizagem do estudante, focando apenas no “errado” e “certo”.

O educador pode ter o livro de língua portuguesa como aliado na mediação do conhecimento, já que os conteúdos que necessitam trabalhar são conceitos relacionados à nossa língua com atividades que envolvem leitura, produção de textos e análises dos fenômenos linguísticos. Salientamos que o estudante deve aprender as normas que regem a nossa língua, porém não podemos nos limitar a esse conceito no ensino, mas conciliar a norma com o respeito às variações linguísticas. Bunzen (in CEALE, 2014) esclarece que o material produzido e impresso no LD deve ser analisado para ser usado em inúmeras situações no contexto escolar, visando o processo de aprendizado coletivo ou individual.

Quanto ao processo de elaboração do Livro Didático de Língua Portuguesa, ele é rigoroso, contando com a contribuição de autores, escritores e revisores, pois se trata de uma obra coletiva com a finalidade de explorar a capacidade de leitura, escrita e oralidade dos discentes, fazendo com que reflita sobre sua língua materna. Seus processos avaliativos são realizados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), objetivando qualidade do material para a construção de saberes didáticos.

A escolha dos livros didáticos aprovados na avaliação pedagógica se dá via análise de resenhas por professores e equipe pedagógica, no Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A seleção dos livros a serem utilizados em sala de aula pode ser feita apenas pela internet, no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A escola deve apresentar duas opções na escolha das obras para cada ano e disciplina, devendo ser a escolha da segunda opção tão criteriosa quanto a primeira.

3 Metodologia

A pesquisa foi bibliográfica, documental e de natureza qualitativo-descritiva. O Livro Didático de Língua Portuguesa foi o gênero textual (BUNZEN, 2000) analisado nesta pesquisa, intitulado **Tecendo Linguagens**, das autoras Tania Amaral Oliveira e Lucy Aparecida melo de Araújo, é direcionado ao Ensino Fundamental II, nas turmas de

6º ano. O material possui 288 páginas, foi produzido pela Editora IBEP, São Paulo, 5ª edição, publicado em 2018 e está sendo distribuído gratuitamente e utilizado desde o ano de 2020 como material de apoio para estudantes e professores da Rede Pública de Ensino do Estado de Pernambuco.

Embora compreendamos a relação livro do aluno-manual do professor, optamos por analisar o primeiro, com foco no aprendiz. Esse livro foi escolhido para ser examinado, pois atualmente muitas escolas pernambucanas os utilizam no período letivo vigente, visando a averiguar como as variações linguísticas estão sendo abordadas em sala de aula.

4 Análise do livro de Língua Portuguesa do 6º ano do ensino fundamental

O Livro é organizado da seguinte forma: Capa, Apresentação, Apresentação de recursos disponíveis, Sumário, Conteúdo dividido em 4 unidades e 8 Capítulos, Referências e Apêndices. A capa do Livro Didático é bastante colorida, possuindo algumas formas geométricas na sua composição, objetivando chamar a atenção da série ou turma destinada. Na apresentação, do livro as autoras reforçam uma nova forma de aprendizagem, ressaltando a importância não só da leitura, mas também de novas experiências, evidenciando uma educação mediada pelas tecnologias.



Figura 1: Capa do Livro de Língua Portuguesa aluno.

Fonte: Livro de língua Portuguesa 6º Ano.

O livro é organizado por unidades e em 8 capítulos. Na apresentação da unidade, é possível identificar quais assuntos e como serão abordados e aplicados. O exemplar trata do tema variações linguísticas no 3º Capítulo, página nº 88, em que faz uma breve reflexão sobre o uso da língua. Na seção destinada ao conteúdo, notamos a

ausência de uma explicação sobre o que será estudado, pois não contém texto explicativo, nem indicação de outros conteúdos para reforçar o que está sendo ensinado, como pode ser verificado em outros assuntos.

Com base em aspectos como conteúdo, organização, linguagem e intenções de um texto, é possível reconhecer o que é uma carta, um bilhete, um poema, uma notícia de jornal etc. e perceber a diferença entre eles. Ao conjunto de textos orais e escritos, com características específicas, damos o nome de **gêneros**.

O texto "Na escola", por exemplo, é uma **crônica**. A crônica é uma narrativa curta, especialmente veiculada em jornais ou revistas, e uma de suas principais características é o caráter contemporâneo, sendo muito relacionada com a ideia de tempo cronológico determinado e fatos cotidianos. Pode ter aspecto humorístico, crítico, satírico e/ou irônico, utilizando-se de uma linguagem simples e eventualmente da informalidade na fala dos personagens.

9. Releia o início da crônica.

Democrata é dona Amarílis, professora na escola pública de uma rua que não vou contar, e mesmo o nome de dona Amarílis é inventado, mas o caso aconteceu.

a) Qual foi a atitude de dona Amarílis quando os alunos começaram a discutir um assunto do interesse deles?

b) A professora agiu de forma democrática ao declarar o plebiscito encerrado? Explique.

10. A **ironia** consiste no uso de uma palavra ou expressão com sentido contrário ao literal. Com base nessa informação, podemos dizer que o narrador foi irônico ao caracterizar dona Amarílis como democrata?

REFLEXÃO SOBRE O USO DA LÍNGUA

Variedade linguística

1. Observe a maneira como um personagem do texto "Na escola" expôs sua opinião e responda às próximas questões.

A senhora vem de calça comprida, e **a gente aparecemos** de qualquer jeito.

a) A construção destacada no trecho está de acordo com as regras gramaticais? Por quê?

b) Construções como essa em destaque podem aparecer na fala das pessoas quando elas se comunicam? Por que você acha que isso acontece?

Linguagem formal e informal

1. No texto "Na escola", encontramos palavras e expressões que costumam ser usadas em situações informais de comunicação. Veja:

Uniforme é **papo-furado**.
– Porque minissaia é muito mais **bacana**.
– Ah, **cada um na sua**.

88

Figura 13: Página 88 do Livro de Língua Portuguesa aluno.

Fonte: Livro de língua Portuguesa 6º Ano.

A obra analisada não contém texto ou reflexão acerca do que é variação linguística para que o estudante se baseie para responder às questões apresentadas. O discente deve ter um prévio domínio do conteúdo ou adquiri-lo de outras fontes, caso o professor não aborde o tema em sala de aula, o assunto será tratado mais uma vez como um erro gramatical. Embora o foco seja na livro do estudante, verificamos no manual do professora quais orientações são dadas para desenvolver o tema e foi

constatado que não há orientações, sugestões de textos ou atividades para desenvolver o conteúdo.

O exemplo de variação linguística é apresentado em um enunciado que não está de acordo com as regras gramaticais: **“A senhora vem de calça comprida, e a gente aparecemos de qualquer jeito.”** Em seguida, são expostos alguns questionamentos: **A) A construção destacada no trecho está de acordo com as regras gramaticais? Por quê? B) Construções como essa em destaque podem aparecer na fala das pessoas quando elas se comunicam? Por que você acha que isso acontece?**

A resposta à primeira questão (A) é negativa de acordo com a gramática e na B os estudantes podem ser induzidos ao erro, que sobre o olhar da gramática a frase está errada, não tratando do assunto coerentemente, desviando totalmente do que seria necessário para o seu aprendizado. Além disso, o exemplar não indica outras referências para a abordagem do assunto, encerrando o conteúdo nas questões A e B. A abordagem que foi destinada à variação linguística não induz o aprendiz ao debate e reflexão crítica como previstos para a série, ignorando, assim, a ligação do uso da língua a contextos e gêneros específicos. Portanto, a abordagem das variações linguísticas no livro analisado é limitada e direcionada ao tratamento preconceituoso do tema.

Depois das questões expostas anteriormente, é aberto o subcapítulo denominado de “linguagem formal e informal”. Bagno (2013, p. 14) adverte que alguns autores ou livros, quando não há imposição de certo ou errado, operam camuflando o tema, tentando disfarçar o preconceito e segue impondo as formas linguísticas conservadoras, se não ficarmos atentos a esse tipo de atitude cometeremos o preconceito e darmos prosseguimento a essa transgressão.

A ausência do conteúdo, pode ter ocorrido por descuido ou até mesmo por escolha das autoras, indicando um posicionamento sobre o tema, uma vez que toda escolha é política, reforçando a ideia de Bezerra (2010, p. 39) de que os LD de LP apenas focam no ensino da gramática. A língua não pode ser padronizada, visto que o tema é relevante e deve ser destacada no ensino da linguagem. Prosseguindo nessa lógica, Bagno nos faz lembrar que:

[...] é interessante estimular nas aulas de língua materna um conhecimento cada vez maior e melhor das variedades sociolinguísticas para que o espaço de sala de aula deixe de ser o local para estudo exclusivo das variedades de

maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos (BAGNO, 2002, p. 134).

O autor nos faz refletir sobre a importância de a escola abrir espaço para discussão sobre as manifestações linguísticas, pois seu principal papel é discutir sobre as diferenças sociolinguísticas. Não devemos ignorar as características linguísticas e culturais dos estudantes e substituí-las pela norma, mas respeitar e valorizá-las, proporcionando ao estudante a oportunidade de aprender e compreender sua língua.

O conteúdo Variações Linguísticas foi abordado em apenas 6 linhas, na página 88 do 3º capítulo do livro, de forma superficial e breve, em formato de um exemplo e duas questões. Apesar de propor abordar o conteúdo, as perguntas discutem apenas o conceito com abordagem gramatical, preocupando-se em classificar o que é certo ou errado, evidenciando uma problemática na abordagem, pois não fomenta a discussão ou análise do tema, tratando-o como irrelevante e prosseguindo na mesma página com observações das linguagens formal e informal.

A abordagem limitada e tradicional das variações linguísticas no livro revela o status de irrelevância dado ao tema, tratando-o como desnecessário, atentando-se apenas ao ensino da gramática, fomentando o ensino tradicionalista, fortalecendo ainda mais o preconceito, uma vez que os professores e estudantes deixaram de debater um tópico de extrema importância ao processo educativo e à sociedade.

O preconceito fica evidenciado, uma vez que privilegia certos usos e classifica o que é certo ou errado na forma que os falantes utilizam a língua, baseando-se apenas na gramática, deixando de ressaltar a importância desse conceito e o fato histórico que a língua carrega consigo, desconsiderando qualquer manifestação da língua que não esteja de acordo com as normas.

A ausência da abordagem crítica e de debate sobre o tema, bem como o foco na gramática, carregam consigo preconceito e limita as potencialidades da educação linguística, principalmente em relação às variações, pois as exclui e/ou gramaticaliza. Sobre a educação linguística, Travaglia (2011) afirma que ela deve possibilitar o desenvolvimento de competência comunicativa, a capacidade de utilizar o maior número de recursos da língua, adequadamente, nas interações comunicativas, ensinando os recursos da língua e as instruções de sentido dos diferentes recursos.

O ensino deve ser amplo e inclusivo, respeitando as diferenças na língua, contemplando as demais formas de expressão. Os docentes devem ensinar não apenas a gramática, mas sensibilizar seus estudantes à existência de determinados contextos que a língua pode ser usada e as diferenças devem ser respeitadas.

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade [...] os alunos que chegam à escola falando “nós chegemu”, “abrido” e “ele drome”, por exemplo, têm que ser respeitados e ver valorizadas as suas peculiaridades lingüístico-culturais, mas têm o direito inalienável de aprender as variantes do prestígio dessas expressões. Não se lhes pode negar esse conhecimento, sob pena de se fecharem para eles as portas, já estreitas, da ascensão social [...]. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15).

O livro didático de língua portuguesa deve ser um local de acolhimento e inclusão de práticas comunicativas, valores e culturas. Antunes (2009) afirma que focar apenas no aspecto gramatical no processo de aprendizagem da língua fomenta o preconceito linguístico, prática prejudicial aos discentes e à sociedade. Esse tipo de abordagem reduz as possibilidades de conhecimento amplo da língua portuguesa. Sabemos que há diversos tipos de comunicação e a variação linguística não surge com a ideia de acabar com a gramática, porém ressalta que, apesar das normas, as variações também são importantes e carregam consigo fatores sócio-históricos.

O livro didático deve ser adequado ao projeto político-pedagógico da escola, ao aluno e professor e à realidade sociocultural das instituições. Por sua vez, os educadores devem ficar atentos a esse tipo de abordagem disfarçada de ensino, para não perpetuarmos em nossas salas de aula o preconceito, dando prestígio apenas a uma forma de se comunicar, dando prestígio apenas as normas. Em concordância com Bagno (2007), outro empecilho para rompermos com esse comportamento é a falta de preparo dos profissionais para ensinar adequadamente assunto não sabendo aplicar a teoria e prática, prejudicando o ensino. Para solucionar a questão, faz-se necessário ampliar os debates e o incentivo à formação continuada.

5 Considerações finais

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar como o livro *Tecendo Linguagens*, disponível para os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental II, abordava de forma

coerente o assunto Variações Linguísticas, observando se perpetuava o preconceito, dando prestígio apenas às normas padrões da língua.

Após a conclusão desta pesquisa, foi possível constatar a ausência de tratamento adequado da temática no livro, pois, apesar de conter um espaço destinado para trabalhar o assunto, as autoras reforçaram a gramática, fazendo com que o estudante entenda a variação linguística como forma errada de expressão, induzindo-o ao erro. O material deveria ser destinado a contribuir de forma significativa na aprendizagem individual ou coletiva.

Acreditamos que o ensino da língua Portuguesa vai além da gramática, pois o principal intuito da língua portuguesa é promover o conhecimento de todas as expressões na língua. Devemos debater ainda mais a questão do preconceito de forma que esse assunto seja respeitado e incluído nas escolas, respeitando as diferenças independente de classe social e modos de falar e assim, contribuindo para a obtenção plena da cidadania. O procedimento adotado pelo LD analisado demonstra o enraizamento de práticas que legitimam o preconceito linguístico.

A nossa crítica recai sobre a abordagem das autoras e sobre o processo de avaliação e seleção de livros didáticos de Língua Portuguesa pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que aprovou o referido material e às escolas e professores que, por motivos diversos, adotaram a obra, sem uma análise crítica do seu conteúdo e da(s) abordagens teórico-metodológicas propostas no material.

Por fim, neste trabalho, a gramática normativa é entendida como orientadora do uso padrão da língua, sendo, portanto, importante, mas não deve ser o único elemento de estudo na escola, pois há outros padrões de práticas discursivas que também precisam ser valorizadas nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. A língua e a identidade cultural de um povo. In: _____. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola, 2009.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 47. ed., 1999.
- _____. **Norma linguística**. São Paulo: Loyola, 2001.
- _____; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002b, p. 134.

- _____. **A norma oculta:** língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.
- _____. **Português ou brasileiro?:** um convite à pesquisa. 5.ed. São Paulo: Parábola, 2004.
- _____. **Preconceito linguístico:** o que é, como se faz? 45.ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- _____. **A língua de Eulália.** Cidade: São Paulo, contexto, 2006.
- _____. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007, p. 27, 119.
- _____. (ORG.). Linguística da norma. São Paulo: Loyola, 2004. **Signos**, Lajeado, ano 42, n. 2, p. 89-109, 2021. ISSN 1983-0378.
- _____. **Sete erros aos quatro ventos:** a variação linguística no ensino de português. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- BEZERRA, Maria Auxiliadora. Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Raquel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Org.). **Gêneros textuais & ensino.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Heterogeneidade lingüística e o ensino da língua: o paradoxo da escola. In: BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nos cheguemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005. P. 13-17.
- BUNZEN, C. Reapresentação de objetos de ensino em livros didáticos de língua portuguesa: um estudo exploratório. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Significados da inovação no ensino de língua portuguesa e na formação de professores.** Campinas: Mercado de Letras, 2007. 228 p.
- CEALE. UFMG. Faculdade de Educação (FaE). Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale). **Glossário Ceale:** termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte, 2014.
- FARACO, C. A. A. **Ensinar ou não ensinar gramática:** ainda cabe essa questão? No prelo (a sair em 2002, em livro organizado por Paulo Guedes, sobre ensino de português, pela Editora da UFRGS).
- LABOV, William (1972). **Sociolinguistic Patterns.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press. Padrões Sociolinguísticos. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- ROJO, Roxane. O perfil do livro didático de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental (5a a 8a séries). In: Rojo, Roxane; Batista, Antônio Augusto Gomes. (Org.). **Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita.** 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. São Paulo: Ática. 2001.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação:** uma proposta para o ensino de gramática no primeiro e segundo graus. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.